

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	2
Título: Empresários apoiam Guedes, mas pedem mudança de rumos	2
Título: Grande consumidor pede para flexibilizar contrato	4
Título: Eneva avalia apresentar nova proposta por AES Tietê	6
Título: Geradoras calculam alta de 2,5% nas tarifas reguladas	8
Título: Petrobras adia redução de dívida	9
Título: Curtas	10
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	11
Título: Desequilíbrio global exige um novo olhar da Petrobrás.....	11
Título: Petróleo desaba e derruba receita com royalties.....	12
Título: » Energia.	13
Título: Vale reverte prejuízo e lucra R\$ 984 mi.....	14
VEÍCULO: O Globo.....	16
Título: Dólar cai 2,53% e interrompe ciclo de alta	16

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 29/04/2020****Seção: Política****Autor: Por Gabriel Vasconcelos, André Guilherme Vieira, Marcos de Moura e Souza e Marina Falcão — Do Rio, de São Paulo, de Belo Horizonte e do Recife****Título: Empresários apoiam Guedes, mas pedem mudança de rumos**

O ministro da Economia Paulo Guedes deu uma sinalização forte para o mundo empresarial ontem, em uma teleconferência organizada pelo presidente da Federação da Indústria do Rio de Janeiro, Eduardo Eugênio Gouvêa Vieira, que vai abrir um espaço adicional de R\$ 4 bilhões no orçamento deste ano nos investimentos em infraestrutura.

Guedes afirmou aos empresários que há espaço nas contas nacionais para um repasse neste valor ao Ministério da Infraestrutura para investimentos em obras públicas. O valor seria adicionado ao orçamento da pasta este ano, elevando sua capacidade de investimentos em infraestrutura para R\$ 12 bilhões. Segundo Guedes, o montante seria complementado por aportes da iniciativa privada via concessões.

Além de Guedes, participaram do o próprio presidente Bolsonaro e outros três ministros: o titular da Casa Civil, Walter Braga Netto, da Infraestrutura, Tarcísio de Freitas, e de **Minas e Energia, Bento Albuquerque**. Em nenhum momento teria sido mencionado o plano Pró-Brasil, apresentado na semana passada por Braga Netto.

Sob condição de anonimato, dois grandes empresários - um representante da indústria, em São Paulo, e outro do setor de serviços em Minas Gerais - convergiram no mesmo diagnóstico: não veem enfraquecimento do presidente Jair Bolsonaro depois do início da pandemia de coronavírus e da demissão do ministro da Justiça, Sergio Moro, mas sentem ser necessário uma correção de rumos na economia para garantir tranquilidade no “front” político.

Neste sentido, consideram crucial que Guedes permaneça à frente do Ministério da Economia, mas com ajustes na estratégia, até agora marcada por grande fiscalismo e relutância em atuar de forma mais proativa na atividade econômica.

Uma das demandas é que se adote medidas para tornar efetiva a disponibilidade de capital de giro para pequenas empresas. “Está faltando jogar dinheiro, algumas empresas têm caixa para uma semana. Paulo Guedes tinha que abrir a torneira”, comentou o representante do setor industrial.

Na opinião deste empresário paulista, “Guedes tem razão em não querer soltar as rédeas e isso é ótimo, mas uma coisa é largar as rédeas e a outra é só dar uma folga a elas”.

Integrantes do Diálogo Pelo Brasil, grupo integrado pelos maiores 50 grupos empresariais do país, avaliam que o esforço deve ser concentrado em um arranjo entre órgãos de governo e controle, para superar entraves burocráticos e permitir que o governo libere recursos de modo a permitir que a iniciativa privada faça fluir investimentos.

O empresário mineiro relata que escuta de eleitores de Bolsonaro em conversas privadas um sentimento de decepção com o comportamento e declarações do presidente e que a permanência de Paulo Guedes no governo é um fator de esperança. Enquanto Bolsonaro se apresenta como porta-voz incansável de controvérsias, Guedes é encarado como uma fonte de racionalidade no governo, alguém que tem uma agenda clara para reduzir o peso do Estado na economia, para melhorar as contas públicas, simplificar impostos, dar mais liberdade de ação à iniciativa privada e melhorar o ambiente de negócios no país.

A aposta era que essa agenda liberal começasse a produzir frutos este ano e que em 2022 a economia estaria crescendo de forma vigorosa. Mas a pandemia acabou com essa esperança. Depois da forte retração esperada para este ano, a expectativa que parece hoje mais realista é que a retomada econômica seja percebida mais claramente apenas no último ano de mandato do Bolsonaro.

Na avaliação do empresário mineiro ouvido pelo **Valor**, a equipe econômica comandada por Guedes terá de adaptar sua cartilha. Ou seja, abrir mais as torneiras para ativar a economia e reforçar as políticas que ajudem as famílias mais pobres a manterem algum poder de compra.

Para que o governo não perca o que lhe resta de credibilidade junto a empresários e investidores, o único que poderia fazer esta guinada de rumo seria o próprio Paulo Guedes.

O risco de limitar a ação estatal neste momento, sob o argumento de que não se pode deteriorar ainda mais as contas públicas, é o de expor no curto prazo milhões brasileiros a terem uma vida pior do que tinham antes da pandemia, diz o empresário de Minas.

Para ele, se esse fantasma for afastado, Jair Bolsonaro chegará a 2022 como um nome forte nas urnas. Uma das razões é o fato de não haver no horizonte adversários a altura, acredita o mineiro.

O que pode ser outro fantasma para Bolsonaro - o avanço de um dos pedidos de impeachment que estão na gaveta do presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ) - é algo que está fora de cogitação pelos empresários, avalia a fonte do **Valor**. A menos que surja algo muito contundente, concreto e comprometedor que envolva Bolsonaro, ninguém está fazendo cálculos que levem em conta um processo de afastamento.

De forma aberta, um simpatizante do governo do presidente Jair Bolsonaro, o empresário Sebastião Bomfim, fundador da varejista Centauro, também disse que a permanência do ministro Paulo Guedes no governo “é de fundamental importância” para a economia do país.

Para Bomfim, Paulo Guedes representou “finalmente” um ministro liberal na economia. “A gente como empresário tem que estar pensando em formas de como retomar as atividades, dentro, naturalmente do que as autoridades definirem”, afirmou o empresário.

Para Bomfim, o governo acertou ao iniciar o pacote de medidas para reduzir os impactos da crise causada pela pandemia com foco nos mais pobres, com destaque para o “coronavoucher” e o auxílio-emergencial para folha de pagamento das pequenas empresas. No entanto, o governo está “muito lento” nas ações para ajudar empresas maiores, segundo o empresário. “Se não tiver algumas medidas, seja através do BNDES ou bancos estatais, de linhas que gerem liquidez vamos ter grandes problemas no varejo e na indústria”, afirmou.

Bomfim deve ser recebido hoje em Brasília por Bolsonaro, junto com outros empresários próximos ao Planalto, como Luciano Hang e Flávio Rocha.

(Colaborou Fabio Murakawa, de Brasília)

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 29/04/2020

Seção: Empresas

Autor: Rafael Bitencourt — De Brasília

Título: Grande consumidor pede para flexibilizar contrato

O comando da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) abriu ontem a discussão sobre o pedido de socorro aos grandes consumidores, que representam parte importante do setor industrial do país. Eles querem uma flexibilização dos contratos de energia firmados com as distribuidoras para evitar perdas financeiras durante a pandemia por consumir um montante inferior ao declarado antecipadamente.

A discussão ocorreu na reunião da diretoria da Aneel, por videoconferência. A decisão foi suspensa com o pedido de vista do processo apresentado pelo diretor-geral, André Pepitone.

O prejuízo afetará só os grandes consumidores. O mecanismo não atinge a classe de baixa tensão, que inclui residências. A perda decorre da forma como é cobrada a energia da indústria. Neste caso, o valor aumenta muito quando há queda inesperada da demanda.

A tarifa de energia cobrada pelas distribuidoras da indústria envolve dois valores. Um é calculado sobre o que de fato é consumido e outro é sobre a “demanda de potência”, que envolve o volume adicional que deve ser disponibilizado ao grande consumidor em caso de necessidade.

O pagamento da demanda de potência, que deve ser informada com antecedência, serve para cobrir custos adicionais de manutenção e investimentos de reforço das redes de distribuição e transmissão. No caso dos pequenos consumidores, a configuração da conta de luz é mais simples. Ela tem um valor único, proporcional ao que é consumido no mês.

Ontem, a diretoria da Aneel sinalizou que o pleito poderá não ser atendido. O segmento queria garantir, ao menos, o adiamento da fatura correspondente ao volume de energia que deixará de consumir durante a crise.

A maioria dos dirigentes da Aneel acolheu a posição do relator do caso, diretor Sandoval Feitosa Neto, de negar o pedido de flexibilizar as regras de contração de energia. A justificativa envolve o risco de submeter as distribuidoras à nova pressão de caixa, o que levaria os demais consumidores, da classe de baixa tensão, a assumir o custo da medida, com futuros aumentos da tarifa.

“Evidentemente, segmentos como shopping, hotelaria e algumas indústrias são fortemente afetados pela pandemia. Para estes setores, as dificuldades advêm de toda uma conjuntura econômica e financeira causada pela pandemia que não tem origem no setor elétrico”, disse Feitosa, na reunião.

Para o relator, o pedido de ajuda deveria ser levado ao governo federal, que já aprovou um conjunto de medidas econômicas de socorro a diferentes seguimentos. Feitosa informou que as saídas sugeridas à agência poderiam submeter as distribuidoras a um desfalque de R\$ 1 bilhão no caixa.

Na transmissão da reunião da diretoria, o presidente da Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e Consumidores Livres (Abrace), Paulo Pedrosa, defendeu o uso de mecanismos que vêm sendo tratados com o governo e com a Aneel para dar suporte financeiro ao setor elétrico na pandemia. A discussão envolve o uso maior de recursos parados em fundos

setoriais e a criação de uma conta corrente, a “Conta Covid”, para garantir a liquidez das empresas.

“O que defendemos é apenas um deslocamento no tempo desses valores, o que pode ser feito com o abrigo da “Conta Covid”, como se os consumidores [industriais] estivessem sendo financiados de forma que os pagamentos possam acontecer no futuro ou utilizando recursos de fundos setoriais, que muitas vezes são mal usados”, afirmou Pedrosa, que já foi diretor da agência.

A diretora da Aneel Elisa Bastos disse ter se sensibilizado com a situação do setor industrial, mas defendeu um acerto em comum acordo entre os consumidores e as distribuidoras. Ela argumentou que o respeito aos contratos é um “valor caro para agência”.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 29/04/2020

Seção: Empresas

Autor: Juliana Schincariol — Do Rio

Título: Eneva avalia apresentar nova proposta por AES Tietê

A Eneva avalia apresentar nova proposta de incorporação da AES Tietê nos próximos dias ou semanas, segundo uma fonte com conhecimento do assunto. O entendimento da companhia é que o posicionamento da B3 sobre o direito de voto dos acionistas preferencialistas em uma eventual assembleia para deliberar o assunto reduz o risco de judicialização do caso.

A proposta inicial, já retirada, envolvia tecnicamente uma incorporação da AES Tietê pela Eneva, por R\$ 6,6 bilhões - sendo parte em dinheiro e em ações da empresa combinada. Se aprovada, a Cambuhy Investimentos (da família Moreira Salles) e o BTG Pactual, acionistas Eneva, passariam a ter 17,8%, cada um, da nova empresa. A AES Brasil ficaria com 5,5%; o BNDES, 6,5%; e a Eletrobras, 1,8%. A nova companhia não teria controlador definido.

Uma eventual nova proposta precisa ser aprovada pelo conselho de administração da Eneva antes de ser apresentada à AES Tietê. Há um entendimento dentro companhia de que os termos da operação podem ser melhorados, mas ainda não há previsão se vai acontecer. “As condições mudaram muito. Sempre é possível e uma melhora da proposta vai estar na discussão para o conselho”, disse a fonte.

Na noite de segunda-feira, B3 afirmou que todos os acionistas, sejam ordinários ou preferenciais, de companhias listadas no Nível 2 de governança corporativa tem direito a voto em assembleia para deliberar sobre questões societárias, fazendo referência ao caso. “Desta maneira, por exemplo, em operações de transformação, incorporação, fusão ou cisão deve ser assegurado direito de voto pleno aos titulares de ações preferenciais”, disse a bolsa.

O comunicado ocorreu dias depois que a AES Corporation, controladora da AES Tietê, dizer que não reconheceria uma eventual incorporação pela Eneva, mesmo que fosse aprovada em assembleia por maioria absoluta. Depois desse posicionamento, a Eneva retirou a proposta. Na ocasião, refutou cada item questionado e ressaltou que a postura do grupo americano AES, controlador da empresa, feria as boas práticas de governança e afetou o Brasil e o mercado de capitais do país.

Um posicionamento da B3 sobre o assunto era considerado decisivo para que a Eneva pudesse voltar a colocar uma nova proposta na mesa. Havia um entendimento de que não havia espaço para negociar os termos com base na primeira proposta, diante de uma sinalização de que a controladora poderia questionar o caso na Justiça ou em um procedimento arbitral. “Agora, a posição da bolsa eliminou ou reduziu o risco jurídico e há a combinação perfeita para uma nova proposta”, afirmou a fonte.

A AES Tietê vai avaliar uma nova proposta, caso seja apresentada. “Dada a questão estratégica porque não fazer uma proposta para os acionistas da Tietê 100% em dinheiro. Ela tiraria o risco dos negócios da Eneva”, disse outra fonte.

A Eneva não descarta a possibilidade de convocar uma assembleia ao lado de outro acionista, reunindo mais de 5% do capital da AES Tietê, para deliberar uma proposta. Como há diferentes interpretações jurídicas sobre essa questão, ainda não há definição sobre essa estratégia. Há juristas que defendem que todos os sócios teriam esse direito. Outra linha defende que apenas os administradores poderiam subscrever o chamado protocolo, documento que contém a descrição da operação.

Mesmo com a retirada da proposta pela Eneva, há questionamentos no mercado sobre o papel do conselho da AES Tietê no caso e a influência do controlador na decisão que recusou a proposta, em um eventual “conflito de agenda”. “O controlador tem o direito de dirigir a companhia. Ele tem poder de orientar o funcionamento dos órgãos sociais da companhia”, disse um

advogado. A rejeição da proposta pelo conselho da AES Tietê foi unânime, lembrou.

A HIX Capital teve um pedido negado pela AES Tietê de acesso a lista de acionistas para pedidos públicos de procuração. O objetivo era para reunir votos na assembleia que poderia deliberar a primeira proposta - e acabou não acontecendo. A gestora recorreu à CVM, que determinou o acesso.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 29/04/2020

Seção: Empresas

Autor: Letícia Fucuchima — De São Paulo

Título: Geradoras calculam alta de 2,5% nas tarifas reguladas

Geradoras de energia calculam que a crise e as medidas para enfrentá-la, como um empréstimo às distribuidoras para garantir a solvência do setor elétrico, poderão resultar num aumento de até 2,5% das tarifas reguladas. Na visão das geradoras, esse impacto é relativamente pequeno, e pode se tornar ainda menor com o trabalho da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) para “raspar o cofre” do setor, liberando recursos de fundos setoriais.

“A Aneel tem buscado rearranjar ativos regulatórios, num esforço que pode chegar em R\$ 17 bilhões. Se tivermos um montante como esse, o impacto [nas tarifas] seria baixíssimo, menos de 1%”, afirma Elbia Gannoum, presidente da Associação Brasileira de Energia Eólica (Abeeólica). A entidade assina uma carta sobre os efeitos da pandemia ao setor junto a outras seis associações: Abrage, Abragel, ABRAPCH, Apine e Cogen, de geradoras, e a Abrate, de transmissoras.

O aumento tarifário de 2,5% calculado considera efeitos imediatos e prolongados da crise. Considerou-se que, com a redução de mercado, as distribuidoras terão uma frustração de receita - de até R\$ 1,7 bilhão por mês - durante seis meses de crise, problema que deve ser aliviado pelo empréstimo bilionário que está em estudo pelo governo. Também está na conta uma sobrecontratação das distribuidoras mesmo após ações para mitigar o problema, como a negociação voluntária para redução dos montantes de energia contratados.

Sobre a inadimplência no pagamento da conta de luz, as geradoras entendem que, embora os índices venham atingindo percentuais elevados, o reflexo tarifário será pequeno. A avaliação é que, como não se cogita um perdão para essa inadimplência, as distribuidoras deverão receber os recursos, ainda que parceladamente.

Gannoum destaca que governo e Aneel têm procurado formas de “desidratar” um aumento tarifário. Ela observa ainda que já existem contrapartidas do eventual empréstimo (recursos existentes no setor e o reajuste tarifário de 2020, que foi postergado), e que a operação deverá contar com condições melhores do que as de 2014, na época da “Conta ACR”.

Mas a avaliação de que o impacto tarifário da crise será limitado não é compartilhada por todo o setor. A situação tem preocupado principalmente o setor produtivo, que estima aumento de dois dígitos nas tarifas e vem pleiteando o rateio dessa conta com toda a cadeia do setor.

Pelos cálculos da Abrace, associação dos grandes consumidores, as medidas para fazer frente à crise resultarão em elevação de cerca de 20% nas tarifas. Eles preveem, por exemplo, que a isenção temporária da Tarifa Social custará R\$ 1,8 bilhão, o dobro do aporte do Tesouro para arcar com a conta. O restante seria repassado às tarifas via encargos na Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), pesando sobre os consumidores.

O alerta da Abrace foi divulgado em carta aberta, que contou com o apoio de mais de 50 representantes do comércio e indústria, como Abiquim, Abimaq e Anfavea. O temor é que a alta dos custos da energia poderia prejudicar o processo de retomada no pós-crise.

Como medida emergencial, os grandes consumidores defendem a flexibilização de contratos firmados com as distribuidoras, permitindo que a demanda seja paga conforme o montante utilizado (e não o contratado), para evitar prejuízos financeiros.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 29/04/2020

Seção: Empresas

Autor: André Ramalho e Rodrigo Rocha — Do Rio e de São Paulo

Título: Petrobras adia redução de dívida

A Petrobras abandonou oficialmente a sua meta de desalavancagem para 2020. Depois de cortar US\$ 24 bilhões da dívida bruta em 2019, o cenário mudou. A empresa viu a sua capacidade de geração de caixa encolher diante do choque de preços do petróleo e decidiu, ontem, mudar a métrica e a sua meta de endividamento. O objetivo, a partir de agora, é conseguir chegar ao fim de 2020 com um endividamento bruto de US\$ 87 bilhões, no mesmo patamar do ano passado, sem saltos.

O conselho de administração da Petrobras aprovou a revisão da métrica de endividamento e a estatal deixará de trabalhar com o indicador dívida

líquida/Ebitda (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização). A partir de agora, a empresa passará a se limitar a dar metas de dívida bruta.

Até então, a meta era chegar ao fim do ano com uma alavancagem de 1,5 vez a dívida líquida/Ebitda. Ao fim de 2019, esse índice estava em 2,46 vezes (incluindo os efeitos do IFRS 16). O grande mérito desse tipo de indicador é associar a dívida a sua capacidade de pagamento, reconhecida pelo Ebitda. Acontece que, nesse momento, a Petrobras se depara com más notícias vindas das duas frentes que impactam diretamente sua alavancagem: de um lado, o dólar alto pressiona para cima a dívida; na outra extremidade, a desvalorização do óleo reduz a geração de caixa.

A Petrobras justificou a mudança, alegando que a indicação da dívida bruta como métrica de topo reduz o impacto da volatilidade do petróleo e reflete de forma mais direta o endividamento da companhia. “A revisão da métrica considerou a alta volatilidade do indicador dívida líquida/Ebitda, extremamente sensível à volatilidade do [barril do tipo] Brent, e o foco da administração da companhia na redução de sua dívida total”, esclareceu em comunicado.

A petroleira mantém a intenção de reduzir a dívida bruta para US\$ 60 bilhões. Antes da crise, a empresa esperava chegar a esse patamar em 2021 e, com isso, dar início a sua nova política de dividendos - que prevê aumentar os montantes distribuídos a partir do momento em que o endividamento cair para abaixo dos US\$ 60 bilhões. A estatal, contudo, não deu uma data para atingir a meta.

O conselho da Petrobras também aprovou a atualização do indicador EVA, utilizado para o cálculo do retorno do capital investido, de US\$ 2,6 bilhões para US\$ 2,1 bilhões em 2020.

; VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 29/04/2020

Seção: Empresas

Autor:

Título: Curtas

Conta atualizada

A Vale atualizou ontem os valores destinados pela empresa a ajuda humanitária: até agora forma destinados R\$ 352,8 milhões para o combate à pandemia. O montante representa, segundo a empresa, cerca de 70% do total de R\$ 500 milhões que a mineradora se comprometeu a investir para enfrentar

a disseminação da doença. A Vale informou que foram compradas na China mais de 600 toneladas de insumos - kits de teste rápido e equipamentos de proteção individual (EPIs) - para apoiar o governo federal e os Estados onde a mantém operações (MG, PA, MA, ES, MS e RJ). O primeiro lote chegou no fim de março e o último será entregue em maio. Essa ajuda emergencial representou um investimento de R\$ 223,3 milhões. A companhia tem realizado ainda outras ações humanitárias que somam R\$ 129,5 milhões, conforme informou em nota.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 29/04/2020

Seção: Economia

Autor: Rodrigo Leão e William Nozaki

Título: Desequilíbrio global exige um novo olhar da Petrobrás

O ano de 2020 promete entrar para a história do mundo do petróleo. A crise do coronavírus e os desequilíbrios entre demanda e oferta colocaram o setor diante de uma situação preocupante. Do lado da demanda, segundo estimativas da consultoria Rystad Energy, o consumo no mundo deve cair cerca de 27,5 milhões de barris por dia neste mês. Do lado da oferta, o acordo feito no âmbito da Opep+ (grupo que reúne a Opep e mais 11 grandes produtores liderados pela Rússia e México) levou a uma redução insuficiente da produção de curto prazo, em cerca de 9,7 milhões de barris.

Ou seja, se nenhum outro esforço de ajuste da produção for realizado, o mundo será inundado de petróleo. A abrupta redução dos preços do WTI no dia 20, por exemplo, ocorreu pela resistência dos Estados Unidos em reduzir sua produção (cerca de 12 milhões de barris) de maneira expressiva no curto prazo, a despeito da queda vertiginosa da sua demanda. Esse cenário indica que o gigantesco desequilíbrio no mercado global de petróleo continuará por um tempo. No caso do Brasil e da Petrobrás, haverá dificuldade para que seja mantido o ritmo de crescimento das exportações.

Além disso, a diminuição dos preços deve afetar significativamente as margens do setor de exploração e produção. Por isso, o mercado de derivados, tanto pela capacidade de exportação de alguns produtos específicos, como pela menor pressão nas margens do setor de refino, será fundamental para que a estatal possa atenuar os impactos gigantescos aos quais será submetida nessa crise.

COORDENADOR TÉCNICO DO INEEP E PESQUISADOR VISITANTE DO NEC DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA E COORDENADOR TÉCNICO DO IINEEP E PROFESSOR DA FUNDAÇÃO ESCOLA DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA DE SÃO PAULO

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 29/04/2020****Seção: Economia****Autor: Fernanda Nunes Denise Luna / RIO****Título: Petróleo desaba e derruba receita com royalties**

Estados e municípios se preparam para queda na arrecadação; estimativa de distribuição passou de R\$ 33,4 bi para R\$ 18,4 bi

Com a cotação do petróleo despencando nos últimos meses, Estados e municípios produtores se preparam para uma queda acentuada na arrecadação. Antes do início da pandemia da covid-19, que forçou a retração do consumo, o esperado era que fossem distribuídos R\$ 33,4 bilhões em royalties do petróleo no País neste ano. A estimativa agora caiu para R\$ 18,4 bilhões, segundo a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). Com a demanda em forte queda em todo o mundo, o preço do barril de petróleo (equivalente a 158,9 litros) tem desabado.

No dia 20 deste mês, a cotação do óleo tipo WTI, referência nos Estados Unidos, chegou a ficar negativa (- US\$ 37) pela primeira vez na história. Isso, é claro, tem reflexos no mercado brasileiro. Segundo dados da ANP, o preço do litro do petróleo do supercampo de Lula, no pré-sal – o maior do País –, por exemplo, registrou uma queda de 42,6% desde o início do ano, de R\$ 1,57 para R\$ 0,90. Na mesma proporção, foram desvalorizados os outros dois maiores produtores nacionais – os campos Búzios e Sapinhoá, todos no pré-sal da Bacia de Santos.

Os preços no Brasil são definidos pela ANP, que considera três variáveis – a qualidade do petróleo, a cotação do óleo tipo Brent e o câmbio. Buraco. No Estado do Rio, o efeito dessa redução pode ser catastrófico. A projeção atual de perda de arrecadação com royalties é de quase R\$ 5 bilhões neste ano, “um buraco quase impossível de fechar”, segundo o secretário de Fazenda, Luiz Cláudio Rodrigues de Carvalho. A perda acumulada no primeiro trimestre com essa receita já foi de R\$ 1,42 bilhão. Além de arrecadar menos, o governo estadual vai ter de antecipar o pagamento de títulos atrelados à cotação do petróleo.

No auge da sua crise fiscal, há dois anos, o Rio fechou com investidores uma antecipação de receita do royalty, que seria paga no futuro, com correção de juros. Esses contratos de securitização previam, no entanto, que se a commodity ficasse abaixo de US\$ 40, o pagamento pelo governo seria antecipado. Hoje, essa dívida com a antecipação está em R\$ 2,5 bilhões, mas, segundo Carvalho, o governo tem se reunido continuamente com os

investidores e deve fechar em breve uma postergação do pagamento em até um ano e meio. Obras.

Na cidade de Maricá, no litoral fluminense – a maior arrecadadora de royalties de petróleo no País –, o efeito da perda de arrecadação deve se dar na postergação de obras. A prefeitura previa, por exemplo, licitar agora um grande projeto de saneamento básico. Mas o recurso separado para o início da obra foi reservado e todo esforço financeiro da prefeitura, remanejado para a construção de um hospital de campanha para atender a pacientes com covid-19.

Por ter o supercampo de Lula no seu litoral, Maricá tem direito a uma quantia bilionária todo o ano, paga pelas empresas petroleiras para compensar a exploração dos recursos naturais do município. Neste mês, vai receber R\$ 291,5 milhões. Para Décio Oddone, ex-diretor-geral da ANP, quem recebe royalties de petróleo precisa estar preparado para esses momentos de queda. “Toda arrecadação obtida da extração de petróleo e gás é volátil, porque os preços e o câmbio flutuam. É finita também, pois os recursos acabam.” Por isso, afirma, devem ser bem administradas.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 29/04/2020

Seção: Colunas

Autor: FERNANDA GUIMARÃES, CYNTHIA DECLOEDT, ALINE BRONZATI, AMANDA PUPO E ANDRÉ VIEIRA

Título: » Energia.

Coluna do Broadcast

A Evoltz Participações, do fundo americano TPG, assinou ontem a compra da fatia de 49,5% da Eletrobrás na Manaus Transmissora de Energia (MTE). O valor total do negócio, corrigido pela Selic, deve ficar ao redor dos R\$ 250 milhões.

» Garantia. O negócio chamou a atenção por ser concluído no meio da crise gerada pela pandemia, que paralisou boa parte das operações de fusão e aquisição. É a segunda compra da Evoltz em menos de um ano. Outras estariam na mira.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 29/04/2020****Seção: Economia****Autor: Mariana Durão Fernanda Guimarães****Título: Vale reverte prejuízo e lucra R\$ 984 mi**

Resultado do 1º trimestre do ano vem após perdas de R\$ 6,4 bi no mesmo período de 2019; dívida líquida é a mais baixa em 12 anos

A Vale registrou lucro líquido de R\$ 984 milhões no primeiro trimestre de 2020, revertendo um prejuízo de R\$ 6,4 bilhões do mesmo período de 2019, quando seu resultado foi afetado pelo desastre com a barragem da mina Córrego do Feijão, em Brumadinho (MG). No último trimestre de 2019 a companhia também ficou no vermelho, com perda de R\$ 6,42 bilhões em função de baixas contábeis e despesas relativas a Brumadinho. Sem esses efeitos, a empresa apresentou melhora relativa no resultado neste início de ano. No balanço divulgado na noite de ontem ao mercado, a mineradora frisa que tem registrado efeitos limitados da crise do novo coronavírus em sua operação.

“Nós desenvolvemos um plano de resposta à crise com ações que priorizam a saúde e a segurança de nossos empregados e das comunidades em que operamos; o apoio à batalha contra o vírus, honrando nosso novo pacto com a sociedade; e a continuidade de nossos negócios. Da mesma forma, continuamos avançando com a reparação de Brumadinho e as iniciativas de gestão de riscos. Nosso objetivo permanece intacto: estamos transformando a Vale em uma das mais seguras e confiáveis empresas de mineração do mundo”, destaca em comunicado ao mercado do presidente da Vale, Eduardo Bartolomeo.

O tombo nas vendas de minério de ferro e pelotas levaram a receita líquida da mineradora a um total de R\$ 31,3 bilhões, uma piora de R\$ 9,8 bilhões na comparação com o trimestre imediatamente anterior. O resultado veio praticamente em linha em relação ao primeiro trimestre do ano passado em razão do efeito cambial. As operações da mineradora foram prejudicadas por fortes chuvas e uma parada não programada no projeto S11D, no Pará, ou seja, ainda sem reflexos da pandemia do novo coronavírus. O Ebitda (que mede a potencial geração de caixa pela companhia) ajustado no primeiro trimestre do ano ficou em R\$ 12,9 bilhões, uma redução de R\$ 1,6 bilhão ante o quarto trimestre.

A piora no indicador é explicada também pelos menores volumes produzidos no primeiro trimestre, a parada parcial da planta de Brucutu e a manutenções, que afetaram negativamente as vendas de ferrosos. A desvalorização do real ante o dólar e menores despesas e provisões relacionadas à Brumadinho minimizaram

esse impacto. Câmbio. “A alta do dólar ajuda na receita, mas atua negativamente no passivo da empresa e no trimestre foi mais representativo. O efeito da covid-19 ainda não se materializou de forma intensa na empresa e entendo que se ocorrer paralisação de alguma produção da Vale por conta dessa doença, uma nova descompensação ocorrerá na relação oferta e demanda de minério de ferro de boa qualidade, gerando pressão altista de preço da commodity”, diz Pedro Galdi, analista da Mirae Asset.

Apontada como uma das empresas do País com maior liquidez que adentrou a crise do novo coronavírus, a Vale encerrou março com uma dívida líquida de US\$ 4,808 bilhões, queda de 1,4% em relação ao visto no último trimestre do ano passado e 60% menor da registrada no mesmo período de 2019. A dívida líquida reportada no fim do primeiro trimestre é a mais baixa em 12 anos. Ajuda emergencial. A mineradora brasileira destacou que, na esteira da crise e buscando ter um colchão extra de liquidez, a Vale frisa que desembolsou US\$ 5 bilhões de suas Linhas de Crédito Rotativo e que decidiu apoiar pequenos e médios fornecedores e contratados com um pacote de ajuda emergencial no valor estimado de R\$ 932 milhões, sendo que R\$ 171 milhões foram desembolsados em março e o restante será desembolsado ainda este mês.

Mesmo sem identificar efeitos importantes do novo coronavírus de janeiro a março, a companhia registrou um recuo de 18,2% no volume produzido de minério ante igual período do ano passado. Em relação ao quarto trimestre a queda foi de 23,9%. O volume de 59,6 milhões de toneladas do período ficou bem abaixo da meta da companhia, de 63 milhões de toneladas a 68 milhões de toneladas no período. Antecipando um potencial impacto mais significativo da pandemia da covid-19 em seu negócio nos próximos meses, a Vale reduziu recentemente sua estimativa de produção de minério de ferro para 2020. A projeção saiu de um intervalo de 340-355 milhões de toneladas para 310-330 milhões de toneladas no ano.

O movimento seguiu o da concorrente Rio Tinto, reforçando a expectativa de que a restrição da oferta global da commodity ajude a manter os preços do minério em um terreno firme entre US\$ 80 a tonelada e US\$ 90 a tonelada. ‘Queridinha’. Em meio à crise gerada pelo novo coronavírus a Vale voltou a ser vista como uma das queridinhas dos gestores de fundos. A equação passa por um caixa robusto, a resiliência do preço do minério de ferro frente a outras commodities, o dólar em alta beneficiando sua receita como exportadora e sua exposição à China, país que já começa a se recuperar da crise.

“Diria que foi um resultado bom, mas o importante é ver como a companhia passará por essa fase mais crítica em relação à pandemia do coronavírus. A Vale é uma grande geradora de caixa e, por isso, acho que se sairá bem comparativamente a outras alternativas no segundo trimestre”, diz Alvaro

Bandeira, sócio e economista-chefe do Modalmais. Em seu relatório de produção, divulgado no dia 17, a Vale mencionou como riscos da pandemia a falta de mão de obra (absenteísmo) em seus sites de produção caso sejam impostas restrições mais severas para.

Também destacou que o ritmo de retomada de produção das operações paralisadas após a tragédia de Brumadinho tende a ser mais lento, com a pandemia atrasando os processos de inspeções, avaliações e autorizações. A mineradora brasileira informa que investiu US\$ 1,124 bilhão no primeiro trimestre de 2020, dos quais US\$ 145 milhões em execução de projetos e US\$ 979 milhões em manutenção de operações. No mesmo trimestre de 2019, a empresa investiu US\$ 611 milhões. A previsão da companhia é investir US\$ 4,6 bi em 2020.

VEÍCULO: O Globo

Data: 29/04/2020

Seção: Economia

Autor: JOÃO SORIMA NETO E GABRIEL MARTINS SÃO PAULO E RIO

Título: Dólar cai 2,53% e interrompe ciclo de alta

O mercado financeiro teve um dia mais tranquilo ontem, depois das sinalizações de apoio ao ministro da Economia, Paulo Guedes, e da expectativa de reabertura parcial de economias na Europa e nos Estados Unidos. Esse ambiente fez com que o dólar perdesse força frente ao real, encerrando os negócios cotado a R\$ 5,515, queda de 2,53%. Na Bolsa, o principal índice acionário teve valorização de 3,93%, aos 81.312 pontos.

A queda do dólar ontem marcou o fim de uma sequência de cinco pregões de alta da moeda, período em que se valorizou 8% frente ao real. Na segunda, o dólar fechou negociado a R\$ 5,65, maior máxima já atingida pela divisa desde o início do Plano Real, em 1994.

Para Fabrizio Velloni, chefe da mesa de câmbio da Frente Corretora, parte da queda do dólar foi uma correção em função do ambiente político que ficou conturbado durante o processo de saída do ex-juiz Sergio Moro do governo.

Na B3, as ações ON (com direito a voto) da Petrobras subiram 7,26%, enquanto os papéis preferenciais da petrolífera (sem direito a voto) avançaram 4,86%.

As ações ON da Via Varejo tiveram a maior alta do índice: 19,15%. Analistas afirmam que a empresa vem mostrando resiliência durante a crise, ganhando impulso com vendas on-line.

MME / ASCOM .